

EDUCAÇÃO

77 mil chumbos no ensino básico...

... e no secundário ainda é pior. No 12.º ano, um em cada três alunos reprovava. Vias profissionais têm ajudado a travar insucesso

Há quem diga que são muitas as pressões sentidas pelos professores para passar os alunos e melhorar as estatísticas do insucesso. Mas também é certo que são muitos os que todos os anos chumbam, inclusive logo a partir do 2.º ano da escola (as retenções no final do 1.º são proibidas por lei). De acordo com os números do Ministério da Educação (ME) mais recentes, relativos ao passado ano letivo e agora divulgados, aconteceu com mais de 77 mil jovens inscritos no ensino básico. A estes, juntaram-se 41.500 que frequentavam o secundário regular.

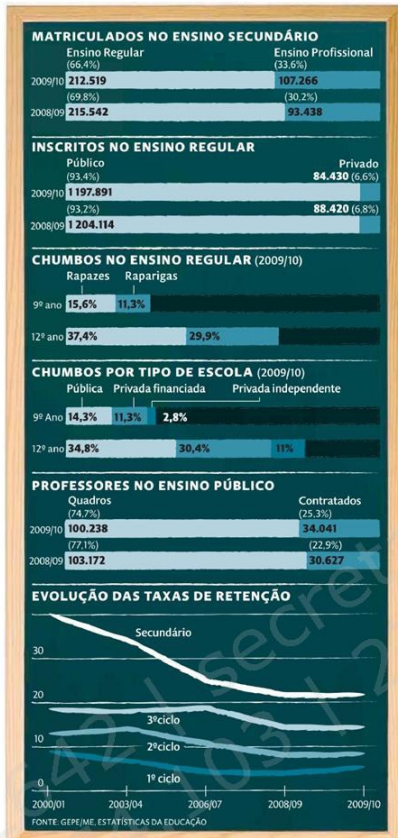
Olhando para a evolução dos resultados na última década, chega-se à conclusão que, depois de uma queda acentuada do insucesso nos primeiros anos do Governo de José Sócrates, a diminuição passou a ser mais lenta. No 1.º ciclo do ensino básico (que inclui os primeiros quatro anos da escola), houve até uma ligeiríssima subida em 2009/2010. Os chumbos passaram de 3,4% para 3,5%, o que se traduz na retenção de quase 16 mil crianças. Cerca de metade tropeçaram logo no 2.º ano.

E nestas estatísticas nem sequer estão os alunos que, nalguns casos a partir do 1.º ciclo do ensino básico, são incluídos em turmas com "currículos alternativos", lembra Teresa Seabra, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE, lamentando que haja este tipo de separação desde tão cedo. Sobretudo, porque "muito raramente estes alunos regressam a turmas do ensino regular".

Chumbar apesar do apoio

Autora de uma investigação sobre o impacto desta e de outras medidas de combate ao insucesso escolar, Teresa Seabra defende que sejam as escolas a definir estratégias de intervenção, cabendo depois ao ME assegurar as condições de execução. Cerca de uma centena aplicam atualmente este modelo.

Por lei, todas as escolas têm de definir planos de recuperação para os alunos que no final do 1.º período ou até ao meio do 2.º demonstram grande probabilidade



Notas piores nas provas de aferição

As negativas aumentaram nas provas de aferição deste ano de Português e Matemática, realizadas em maio, no 4.º e 6.º anos de escolaridade. O desaire foi maior a Matemática: na prova do 4.º, o número de crianças com insuficiente (níveis D e E numa escala até A) cresceu 8,6 pontos percentuais;

no 6.º ano disparou 12,2. No entanto, as notas boas também subiram e as médias nacionais mantêm-se positivas. A Português o número de negativas subiu cerca de 4 pontos percentuais em ambos os ciclos. O Ministério da Educação justifica os resultados com a maior dificuldade e exigência das provas feitas este ano. J.P.B.



Maria Filomena Mónica

O PLÁGIO E O PERJÚRIO

Muito se tem escrito sobre o "copiando" que, há algumas semanas, teve lugar num exame de candidatos a juiz e a procurador. O facto é gravíssimo, mas pior foram as soluções tomadas, em sucessivas golfadas, pelos responsáveis do sector. Desde a extraordinária ideia de dar 10 valores a todos os alunos — note-se que estes são licenciados em Direito, usufruindo, para frequentar o curso, de uma bolsa de estudo paga por todos nós — até ao remendo idiota de os obrigar a repetir o exame, tudo é inaceitável. Que eu saiba, o plágio é um crime e estes rapazes e raparigas — os que copiaram — deveriam ter sido expulsos e, mais importante, demitida a direcção do Centro de Estudos Judiciários. Não é a primeira vez que isto — um plágio seguido de uma classificação de 10 valores — aconteceu naquela instituição. Se agora dele temos conhecimento foi porque alguém deu com a língua nos dentes perante um jornalista.

Vivemos num país de aldrabões congénitos. De facto, existe uma linha horizontal que divide a Europa. A norte, a mentira é tida como uma falta grave; a sul, fazemo-lo todos os dias. Por uma razão: ao contrário da Protestante, a Igreja Católica tem a faculdade de, no confessorário, apagar as maldadeiras. Se não acreditam nesta diferença cultural, vejam com atenção o que se passa nas séries americanas, onde o perjúrio é severamente punido. Entre nós, mentem impunemente políticos, empresários, futebolistas, médicos, professores... Não vale a pena alongar-me. É o regabofe consagrado em prática comum.

Veja-se, a título de exemplo, o que se passou recentemente no "caso Casa Pia". Não sendo jurista, só aquando das declarações do ex-motorista da Casa Pia, no sentido de que afinal não conhecia os indivíduos que tinha acusado, percebi que as coisas eram mais complicadas do que pensara. Pelos vistos, uma vez que era arguido, Silvano tinha o direito de mentir em tribunal (excepto no que diz respeito à identificação e aos antecedentes criminais), não podendo ser alvo de sanção penal.

O mesmo não sucedia com uma das reais ou supostas vítimas de pedofilia, Hilário Marques. Três meses depois da epifania de Silvano, este declarou que, ao longo de todo o processo,

também havia mentido. De acordo com o seu relato, não fora apenas ele a fantasiar, mas os seus companheiros. Ao serem confrontados com as fotografias que a PJ lhes havia mostrado, e por pretenderem fama, teriam escolhido gente conhecida, em vez de pessoas anónimas. Interrogado pelo jornalista sobre a possibilidade de poder vir a ser acusado de perjúrio declarou que afinal apenas a consciência lhe importava. Até à data, nada lhe aconteceu.

Vivemos num país de aldrabões congénitos. De facto, existe uma linha horizontal que divide a Europa. A norte, a mentira é tida como uma falta grave; a sul, fazemo-lo todos os dias

A responsabilidade é de muitos — de uma investigação policial canhesta, de testemunhas mentirosas e de um povo que tolera a mentira — mas não pode ser repartida da mesma forma. Os principais culpados pelo estado em que se encontra a Justiça são os juizes, que desculparam o perjúrio, e os legisladores, que elaboram leis criminais deficientes.

P.S.

No dia seguinte a ter escrito esta coluna, soube que a directora do CEJ tinha pedido a demissão. Fez muito bem. Penso, contudo, que deveria ter sido imediatamente exonerada e encerrada a instituição.

Retificação — No último artigo de MFPM, por lapso deste jornal, foram retiradas as aspas ao adjetivo "reacionárias", aplicado a tendências do povo, e, em vez de "maiorais" partidários surgiu "maiorais", o que, como é evidente, deturpou a intenção da autora.

Maria Filomena Mónica escreve de acordo com a antiga ortografia



Poder às mulheres

CHINA

Escolhas da temporada

intelligent life



BELEZA

Bigodes



Assine a Intelligent Life, vá a www.assineja.pt ou ligue 707 200 350